

Delfim e Simonsen depõem hoje sobre acordos no exterior

BRASÍLIA — Os ex-Ministros da Fazenda nos Governos Geisel, Mário Henrique Simonsen, e Figueiredo, Antônio Delfim Netto (atualmente Deputado federal pelo PDS-SP), depõem hoje na Comissão Mista do Congresso que investiga o endividamento externo, e correm o risco de responder na Justiça pelos acordos assinados com os bancos internacionais.

A solicitação para as ações judiciais está contida no primeiro parecer parcial da Comissão, encaminhado ontem ao Presidente do Congresso, Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), juntamente com um projeto de lei do Deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), que determina a suspensão imediata de todos os pagamentos da dívida externa, até que o Supremo Tribunal Federal se pronuncie sobre a constitucionalidade dos acordos.

O Deputado Hermes Zaneti (PSDB-RS) afirma que Delfim Netto é um dos que poderão ser responsabilizados judicialmente pelos acordos, que considera prejudiciais ao País, principalmente pelas cláusulas que permitem aos credores alterarem livremente os juros. Zaneti mostra-se otimista com a possibilidade de o Senador Nelson Car-

neiro encaminhar o parecer da Comissão, que além de responsabilizar os responsáveis pelos acordos, determina que o Executivo solicite ressarcimento pelos prejuízos sofridos pelo Brasil e pede o encaminhamento de um projeto de Lei revogando o decreto-lei 1.312, de 1974, que autoriza o Executivo a realizar contratos externos sem aprovação prévia do Congresso, contrariando a Constituição atual e a antiga.

Segundo Zaneti, uma das preocupações básicas da Comissão, hoje, será interrogar Delfim Netto sobre suas declarações de que US\$ 30 bilhões da dívida brasileira surgiram em consequência da elevação dos juros internacionais. O ex-Ministro, no entanto, não demonstra preocupação com a iniciativa da Comissão, e julga o parecer aprovado na última semana "uma manifestação de esclerose do Congresso, que não encontrou nada de irregular".

— Se existe alguém que praticou irregularidades, que apontem — desafia o ex-Ministro.

Segundo Delfim Netto, a exigência de que os juros sejam fixos, como pretende a Comissão, é a mesma coisa que aprovar um projeto anulando as marés.